

Michel Freitag, 2004, *Arquitectura e Sociedade*, tradução de Miguel Serras Pereira, Lisboa, Dom Quixote.

Teresa Sá

Michel Freitag propõe-se analisar neste “pequeno” livro – cuja edição original data de 1992 – o papel da arquitectura na sociedade, tendo como ideia central o desfazamento entre a arquitectura contemporânea, enquanto identidade formal ou estética, e a realidade urbanizada, que corresponde à construção real.

O autor vai tratar, num primeiro momento, a natureza essencial da arquitectura considerada como uma dimensão antropológica da prática humana e social. Seguidamente vai estabelecer uma correspondência entre a história estilística da arquitectura e as grandes etapas do desenvolvimento da sociedade moderna, analisando a relação moderna entre o indivíduo e a sociedade, e pensando qual é, e deverá ser aí, o papel da arquitectura e concretamente do arquitecto.

Sobre a natureza antropológica da arquitectura, Freitag começa por apresentar e discutir, uma definição clássica de arquitectura, que parte de três dimensões: a «construção» (corresponderia a imposições técnicas), a «utilidade» (estaria directamente relacionada com as condições de produção e reprodução da sociedade) e a «beleza» (onde se exprimiria a subjectividade criadora do arquitecto). Defende, depois, que esta definição pode servir em termos de uma certa avaliação da arquitectura, mas não expressa antropológicamente a sua definição essencial. Sustenta, portanto, que “*a situação da arquitectura é antes de mais julgada por referência a um modelo normativo de unidade, de verdade, de integridade, que transcende as diversas componentes analíticas que acabamos de citar (...). O problema da arquitectura diz respeito à maneira como a sociedade produz o mundo como mundo humano e se reconhece nele como no seu mundo próprio, um mundo que é posto em harmonia com as suas finalidades próprias e se mostra acolhedor perante a ordem que é a sua apenas na medida em que a sociedade soube criá-lo ou construí-lo ela própria, em harmonia e em síntese com a natureza, no respeito da ordem que a esta última pertence.*” (p.16)

Assim, e seguindo o autor, o espaço criado pela arquitectura não é apenas a junção das três variáveis: solidez, utilidade e estética, mas corresponde a uma exigência de síntese superior entre a sociedade e a natureza. A arquitectura corresponde a um modelo de articulação harmonioso do mundo social e do mundo natural. Segundo a perspectiva de Freitag, e partindo de uma abordagem antropológica da arquitectura, podemos definir o seu objecto original como o “*da construção do espaço socializado apropriado pelo homem.*” (p.17) O que significa que a arquitectura, na medida em que encarna a arquitectónica política e ideológica da sociedade, não se mostra a si própria. O que mostra é a sociedade. (p. 20)

No segundo momento, o autor vai construir uma história política da arquitectura na sociedade ocidental moderna. Para tal, Freitag constrói três modos diferentes de reprodução da sociedade: O primeiro corresponde à noção de sociedade primitiva ou mítica (o modo de reprodução cultural-simbólica), onde a regulação das práticas sociais e a reprodução das suas relações de conjunto são asseguradas pela mediação da «cultura», no sentido antropológico do termo; o segundo corresponde ao sistema de reprodução político-institucional (o modo de regulação político-institucional), e constitui-se sob a forma do poder do Estado, ao mesmo tempo que se individualizam as práticas sociais. Nesta situação, as práticas sociais encontram-se submetidas a regras formais e gerais, de carácter universalista e abstracto; no terceiro modo de reprodução, assistimos ao fraccionamento do sistema unificado do poder do Estado. Vemos surgirem e desenvolverem-se novos mecanismos de regulação que funcionam segundo mecanismos “horizontais” de adaptação ao meio social (o modo de reprodução decisional-operacional): “O carácter essencial de uma sociedade submetida a este modo de reprodução reside, portanto, no facto de a sua unidade deixar de ser posta como referência normativa a priori como um princípio primeiro de identidade, (...) mas decorrer empiricamente apenas das imposições inerentes ao seu funcionamento de facto, e do con-

junto das decisões locais que concorrem para a sua realização. A unidade da sociedade não é, ela própria, mais do que um simples dado empírico, a resultante de um «funcionamento adaptativo» cuja operação continuada se torna, então, ao mesmo tempo a exigência prática e a norma ideológica fundamentais.” (p. 25)

O problema que se põe face à arquitectura contemporânea, está em que esta sociedade moderna já não é representável sob a forma de uma unidade social, com uma identidade colectiva, enquanto a arquitectura, segundo Freitag, é exactamente a unidade da sociedade.

Ao longo do livro, o autor estabelece, por outro lado, uma correspondência entre a história estilística da arquitectura e as grandes etapas do desenvolvimento da sociedade moderna. Analisará assim três tipos de sociedades, cuja organização político-social põe em relação com a arquitectura. Deste modo, a comuna medieval (séculos XII-XV) e a afirmação política burguesa; o período que vai Renascimento ao Barroco e ao Classicismo, bem como a passagem da oligarquia para o absolutismo; e o neoclassicismo alegórico e o neogótico romântico são descritos como estilos antagónicos do estilo liberal moderno.

Aqui, não poderemos mais do que referir-nos brevemente à análise do terceiro tipo de sociedade, que tem a ver com a arquitectura dos séculos XIX e XX.

No século XIX dominam duas instituições: o Estado e o mercado. O que se passa é que o *espaço* para o capitalismo industrial corresponde a um obstáculo que é necessário vencer. A arquitectura e o urbanismo contemporâneos nasceram do crescimento selvagem do urbanismo e da arquitectura industrial do século XIX. Este nascimento fez-se a partir de três dimensões: 1) a necessidade de fornecer soluções às necessidades criadas pelo crescimento rápido das cidades; 2) a libertação relativamente à exigência da expressão de uma entidade colectiva, permitindo a procura de novas soluções puramente técnicas e económicas e, ao mesmo tempo, a experimentação de novos materiais como o aço, o vidro, o tijolo, o betão; 3) a terceira dimensão corresponde ao surgimento do individualismo e do romantismo.

A passagem do século XIX para o século XX marca, segundo Freitag, a ruptura mais impressionante que a história da arquitectura terá conheci-

do desde que nasceu. Esta ruptura tem a ver com o novo conceito de urbanização que correspondeu ao abandono do conceito de “cidade”, substituído pelo de “aglomeração”. As novas aglomerações em causa formam-se em torno de núcleos antigos, que crescem segundo uma lógica de “explosão”, seguindo uma lógica dinâmica de acumulação e de diferenciação.

O que, sobretudo, importa aqui é elucidar a relação que se estabelece entre esta forma de organização social e a arquitectura. Ora, segundo Freitag, o que se passa é que numa sociedade operacional, performativa, privada de um princípio de identidade, as formas materializadas já não «mediatizam» uma relação com o mundo: “já não exprimem nem visão do mundo nem consciência de si. Tornaram-se, elas próprias, a realidade que se expõe, nua, na sua evidência” (p. 63). É por isso que “o espectáculo da arquitectura contemporânea nos deixa a impressão de uma arbitrariedade, de uma desarticulação e, por vezes, de uma verdadeira devastação do mundo” (p. 16).

Freitag associa, entretanto, o paradoxo da arquitectura e do urbanismo modernos à substituição do espaço antropocêntrico, que a revolução copernicana veio anular, pela construção científica do espaço «natural» ou seja puramente físico – ou, talvez mais precisamente, pela extrapolação metafísica e/ou “ideológica” que reduz o espaço, ou a sua essência, aos termos em que a física o considera. “Este excentramento da natureza em relação ao mundo propriamente humano ou social exprime ou contém já em si, no seu princípio fundamental, todo o paradoxo da arquitectura e do urbanismo modernos, na medida em que se querem «funcionais», «objectivos», «científicos» ou «adequados», nos termos de uma adequação puramente técnica e racional.” (p. 21). Verifica-se assim uma substituição do espaço sócio-simbólico pelo espaço científico, objectivo e positivo, transformado, muito para além de momento ou modelo de uma abordagem parcial ou local, em verdade superior e normativa.

Pensar a arquitectura hoje, implica olhar e pensar os espaços onde vivemos. Freitag no início do livro, começa por nos dar imagens desses espaços, separando-os em dois grupos. Um, em que existe um certo sentido secreto, uma certa humanização da paisagem, um certo mistério. Exemplo: “Uma aldeia, uma só, mas implantada no meio de alguns terraços cultivados no flanco de uma colí-

na, humaniza a paisagem até ao fundo do horizonte” (p. 9). Depois, outros espaços, como os que predominam na sociedade contemporânea, e onde já nada de semelhante acontece. Exemplo: “E deixarmos-nos subir pelas escadas rolantes da estação de metro, atravessar o torniquete de controlo do acesso, atravessar à pressa o átrio subterrâneo, mergulhar no interior de um elevador e, maquinalmente, no quinto piso, tomar pelo corredor da direita, já com a chave do gabinete na mão!” (p. 9). Nesta subordinação do “lugar” ao “não-lugar”, para usarmos o vocabulário de Marc Augé, estamos no modo de vida da sociedade contemporânea, onde, em certo sentido, como diz Freitag, já não paramos: “Não parar para ver porque nada do que poderíamos ver se deteve um instante em si próprio para ser um mistério ou um segredo.” (p. 10). Num dos seus romances, *A Imortalidade* (Lisboa, Publicações Dom Quixote, 5.^a ed., 2004), Milan Kundera exprime incomparavelmente a mesma ideia fundamental: “A estrada distingue-se do caminho não só por ser percorrida de automóvel, mas também por ser uma simples linha ligando um ponto a outro. A estrada não tem em si própria qualquer sentido; só têm sentido os dois pontos que ela liga. O caminho é uma homenagem ao espaço. Cada trecho do caminho é em si próprio dotado de um sentido e convida-nos a uma pausa. A estrada é uma desvalorização triunfal do espaço, que hoje já não passa de um entrave aos movimentos do homem, de uma perda de tempo. (...) E também a sua vida, ele já não a vê como um caminho, mas como uma estrada: como uma linha conduzindo de uma etapa à seguinte, do posto de capitão ao posto de general, do estatuto de esposa ao estatuto de viúva. O tempo de viver reduziu-se a um simples obstáculo, que é preciso ultrapassar a uma velocidade sempre crescente”.

A natureza da arquitectura, segundo a perspectiva antropológica defendida por Freitag, não tem a ver com a construção de uma cabana que nos abriga do frio, nem com um caminho – a “estrada” e não o “caminho” de Kundera – que torna mais

fáceis as deslocações: “O objecto original da arquitectura não é, em primeiro lugar, fazer abrigos ou praticar caminhos. (...) A arquitectura começa por «dar um lugar», começa por construir um espaço como espaço propriamente humano, espaço reservado das relações sociais que põe à distância a natureza humana, e que, no mesmo lance, através dessa distância modulada estabelece a relação dos homens com um mundo apropriado e objectivado.” (p. 17)

Dado este “lugar” que a arquitectura ocupa hoje na sociedade, Freitag pergunta qual o papel do arquitecto. A questão é a de saber se o arquitecto ainda pode tentar exprimir um sentido simbólico da vida social. A resposta de Freitag é que o arquitecto (ao contrário do engenheiro, do especialista de planeamento ou financeiro), detém um espaço de liberdade enquanto artista. E é exactamente essa característica que lhe permite “continuar a preocupar-se com a harmonia local das formas, fazer uma obra estilística pessoal, exprimir as suas próprias convicções sociais, políticas e ideológicas.” (p. 71) O que aponta já, seguindo o pensamento de Freitag, para uma nova ideia de arquitectura, solidária de “uma estética objectiva, comum, aberta, pública, mundana – que já não é a de uma Arte separada” (p. 66). Ao contrário do que até agora aconteceu na história da arquitectura, em que a vemos reflectir as normas da sociedade, talvez se trate agora de olharmos o modo como «arquitecturamos o mundo», sendo doravante nós a construir, conscientes de o fazermos, e a criar as “novas” normas. Tanto mais que, sempre segundo Michel Freitag: “O perigo não está na perda de sentido, está no facto de nos termos dado, individual e colectivamente, a capacidade de fazer e desfazer sem assumirmos a responsabilidade de fazer sentido, de fazer laço, de fazer Todo; (...) O problema do sentido é o de sabermos em que sentido vamos – queremos ir. É também o problema de olharmos aquilo que fazemos, pois já não basta pensá-lo” (pp. 65/66).